



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS (CTPLAN)
Ata da 47ª reunião, realizada em 19 de agosto de 2020

1 Em 19 de agosto de 2020, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica de
2 Planos (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes. Representantes do poder público estadual: Thiago Figueiredo
6 Santana, representante da SEMAD; Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de
7 Estado de Educação (SEE); Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado
8 de Desenvolvimento Econômico (Sede). Representantes do poder público
9 municipal: Bruna de Souza Otoni, da Prefeitura de Araçuaí; Maria Eduarda de
10 Moraes Lana, da Prefeitura de Itabirito; Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura de
11 Rio Pomba. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Renato Junio
12 Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Deivid Lucas de
13 Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
14 Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
15 Minas Gerais (Faemg). Representantes da sociedade civil: Sylvio Luiz Andreozzi,
16 da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação
17 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes/MG); José de Castro Procópio,
18 do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas. **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O
19 presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou aberta a 47ª reunião da Câmara
20 Técnica de Planos. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** O conselheiro José
21 de Castro Procópio solicitou esclarecimentos quanto ao momento em que é possível
22 o pedido de vista dos itens de pauta nas reuniões da CTPLAN. Thayná Campos, da
23 Procuradoria do IGAM, esclareceu que, conforme o Regimento Interno, o pedido de
24 vista pode ser feito antes e durante a discussão do tema, sendo vedado após
25 iniciado o processo de votação. **3) EXAME DA ATA DA 46ª REUNIÃO DA CTPLAN.**
26 Aprovada por unanimidade a ata da 46ª reunião da Câmara Técnica de Planos,
27 realizada em 30 de junho de 2020. Votos favoráveis: SEMAD, SEE, Prefeitura de
28 Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Cemig, Fiemg, Faemg, UFU, Abes e Guaicuy.
29 Abstenção: Prefeitura de Araçuaí. Ausência: Sede. A conselheira Maria Eduarda de
30 Moraes Lana justificou a abstenção por não ter participado da reunião anterior. **4)**
31 **MINUTA DE NORMA PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 4.1) Substitutivo da**
32 **Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG sobre a Modelagem Institucional**
33 **Ótima para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de**
34 **Minas Gerais que estabelece as Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de**
35 **Minas Gerais. Processo SEI nº 2240.01.0000975/2019-82. Apresentação:**
36 **Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de**
37 **Recursos Hídricos - DGAS/IGAM.** Item retirado de pauta com pedido de vista da

38 Prefeitura de Araçuaí e vista conjunta solicitada por Abes, Instituto Guaicuy, Fiemg,
39 SEE, Prefeitura de Itabirito e Prefeitura de Rio Pomba. Antes do pedido de vista
40 nesta sessão, foi feita apresentação pelo IGAM da proposta de substitutivo da
41 Minuta de Deliberação Normativa. O documento foi disponibilizado no Processo SEI
42 supracitado. Segue transcrição das manifestações registradas após a apresentação
43 do IGAM. Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Sobre a Deliberação Normativa, nós
44 pedimos vista devido às várias modificações e aprofundamento.” Conselheiro Valter
45 Vilela Cunha: “Considerando que essa minuta de deliberação foi alterada, e eu não
46 concordo com o que está sendo dito, eu peço vista também.” Presidente Guilherme
47 da Silva Oliveira: “Procópio, seguindo o que foi dito antes, já houve dois pedidos de
48 vista. Você vai querer fazer o pedido de vista também? Porque a discussão já ficou
49 prejudicada.” Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu gostaria de me manifestar,
50 considerando o seguinte. Primeiro, fazer uma análise. Vou terminar no pedido de
51 vista, mas gostaria de manifestar primeiro. Eu fico imensamente triste, considerando
52 a forma como esse processo das UEGs foi lançado. A forma foi atabalhoada,
53 confusa, não insersiva, sem diálogo. ‘Ah, mas houve um encontro no Crea.’ Não é
54 isso que eu estou falando. O Sistema de Recursos Hídricos sempre se pautou pela
55 discussão, pelo debate de todos, pelas parcerias. A gestão é muito complexa, afeta
56 a todos em todos os segmentos, do cidadão mais simples à mais poderosa indústria,
57 todos dividem o uso múltiplo da água. Então a gestão sempre foi participativa,
58 Comitê de Bacia Hidrográfica é a coisa – da minha forma de ver – mais perfeita da
59 gestão pública, por permitir que os variados entes sociais compartilhem de opiniões.
60 E cabe ao Estado ser realmente o articulador de entendimento disso. Claro que cabe
61 a cada segmento, a cada pessoa, a cada setor defender sua parte, e o Estado
62 deveria ser quase o guru para poder conseguir conciliar os extremos. E eu vejo na
63 proposição dessa proposta da UEG uma ação ao contrário: o Estado é que tem sido
64 o articulador dos conflitos e das confusões, considerando que não houve
65 entendimento hora nenhuma, vence no voto, na articulação de bastidores, a coisa
66 não está suave, não está agradável, não é a forma como eu acredito neste
67 Conselho. Porque todos são responsáveis pela gestão de recursos hídricos. A
68 combinação com visões meramente geográficas de gestão, de facilidade de gestão,
69 de viabilidade de gestão, considerando desde o primeiro momento de pedido de
70 vista, lá atrás, quando o projeto veio para a Câmara, nós vemos que na realidade
71 não existe um consenso, não existe um debate. Por exemplo, se eu estivesse na
72 condução disso, eu teria feito uma reunião com cada uma dessas circunscrições...
73 Eu já estou até trocando o negócio, inventaram mais um outro nome difícil para a
74 população aprender, mais um jargão para poder ser engolido. Então para mim
75 permanecia com cada UEG mesmo, pronto, acabou, já é um novo termo. Eu teria
76 feito uma reunião, juntaria os Comitês e Subcomitês propostos, as pessoas
77 envolvidas da região, uma audiência pública com cada um desse povo, ver os
78 conflitos que vão gerar. Porque eu entendo que se isso passa do jeito que está o
79 que vai acontecer é daqui a dois anos nós estarmos votando outra coisa, porque o
80 povo saiu na faca no meio desses Comitês. Tem Comitês em que historicamente a

81 convivência é difícil. Eu posso falar do Velhas com o Paraopeba, que um fornece
82 água para o outro no sistema de abastecimento da RMBH, mas nunca a convivência
83 foi realmente efetiva, nunca foi uma convivência com muita facilidade. Embora exista
84 termo de parceria, e trocas de conhecimentos aconteçam, não é uma coisa fácil. Por
85 exemplo, para mim, precisaria amadurecer isso. Tem uma outra falha nesse projeto
86 todo que tem sido conduzido, que é como isso vai ser gerido, quem vai ser o
87 coordenador dessas UEGs, quem vai ser responsável pela articulação, como é que
88 vai se estruturar. 'Ah, isso vai ser discutido depois.' Infelizmente, eu estou discutindo
89 pedaço do braço, mas não estou discutindo o cérebro, estou discutindo as pernas e
90 os pés, mas não discuto como isso vai andar. Então eu acho que se o IGAM tivesse
91 o mínimo de consciência retiraria isso de pauta e começaria do zero de novo a
92 discussão. É preferível essa perda de trabalho do que o desgaste que isso vai
93 causar. Outra, não está desmontando os Comitês, não é assim que os Comitês têm
94 se sentido, e espero que seja do conhecimento da Câmara o abaixo-assinado
95 encaminhado pelos Comitês de Bacia, com centenas de assinaturas. Então é uma
96 questão complexa que está sendo, infelizmente, conduzida de uma forma que não
97 está sendo justa. E a última coisa que causa estranheza é que o que é apresentado
98 hoje na CTPLAN não é *ipsis litteris* o que saiu da CTIL. Então existem nuvens negras
99 que não são de chuva, mas de tempestade. Então, em função de todas essas
100 questões, não concordamos com os artigos 3º e 4º, não concordamos com uma
101 série de questões, e em função disso eu peço vista também, pelo Instituto Guaicuy.”
102 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Com todo respeito às pessoas que
103 apresentaram o pedido de vista, eu particularmente considero insuficiente a vista
104 neste momento, porque a possibilidade de vista dá um prazo reduzido para
105 apresentação de vista e colocará a vista em disputa com o atual projeto colocado
106 para votação na próxima reunião da Câmara. E acho insuficiente porque existem
107 desdobramentos muito mais sérios do que simplesmente aquilo que está sendo
108 colocado aqui quanto à supressão de uma DN e de parte de uma DN. A minha
109 solicitação para a Presidência desta Câmara Técnica – e faço neste momento uma
110 solicitação direta ao IGAM, que é quem apresentou a matéria – é que eu não
111 considero toda a discussão que ocorreu como uma discussão perdida. Considero –
112 já externei dessa maneira – que ela foi muito rápida, que ela não abrangeu todos os
113 setores que eram necessários, eu creio que necessita, obrigatoriamente, de um
114 maior envolvimento dos Comitês nessa discussão. A própria reação do Fórum
115 Mineiro demonstra que há uma insegurança, que há uma insatisfação, que há uma
116 incerteza sobre o que exatamente isso representa. E trazer isso a uma votação, com
117 tanta incerteza, com tanta insegurança, não é bom. Uma coisa que não começa bem
118 não tende a continuar bem. Eu já me manifestei em uma reunião anterior dizendo
119 que eu acho que a ideia dela é uma ideia importante, e volta a me basear naquele
120 último slide da primeira apresentação que o Thiago, que era um triângulo que
121 mostrava uma questão de nós repensarmos a questão administrativa do sistema,
122 pensar em estruturas mais leves, mais objetivas. E eu concordo com isso, volta a
123 colocar isso, mas acho que nós estamos sendo modestos na proposta e inseguros

124 quanto essa proposta. Eu acho que neste momento nós deveríamos retirar a
125 proposta, montarmos um Grupo de Trabalho para esclarecer todas as dúvidas e
126 ampliar o entendimento do que significa essa mudança, até para que as pessoas
127 entendam o que está sendo proposto, preencher essas lacunas que ainda não estão
128 sendo de conhecimento, o que nos traria uma segurança e um apoio de todos os
129 entes, de todos os participantes do Sistema, para implantação de uma modificação
130 que eu acho, em tese, extremamente necessária para a efetivação do sistema no
131 Estado de Minas. Na fala do Procópio, já existe um argumento que me incentiva
132 mais ainda a essa conclusão, que é a dificuldade, por exemplo, de duas bacias que
133 fazem parte da Bacia do São Francisco, da dificuldade de negociação, de
134 entendimento, de bacias comuns. Falta talvez um colegiado comum, um ente que
135 possa garantir esse entendimento. Então eu estou solicitando, na verdade, que se
136 retire de pauta isso para que nós possamos aprofundar os estudos, inclusive, sobre
137 a significância e os reflexos dessas duas DN's. Não é tão simples assim, eu vou dar
138 um exemplo, eu preciso colocar esse exemplo. Mas eu estou fazendo essa
139 solicitação de criar um Grupo de Trabalho, e esse Grupo de Trabalho apresentar
140 esse trabalho mais robusto, com conhecimento, com discussão, com o Fórum, com
141 os agentes de bacias, para que não fique nenhum espaço vazio a ser pressionado
142 neste momento. Eu vou dar um exemplo do porquê dessa solicitação e por que os
143 desdobramentos são um pouco mais amplos do que simplesmente uma revogação
144 da DN. Eu estou só localizando um documento aqui, para tentar validar a minha
145 solicitação. Somente no Plano, dos quatro volumes que compõem o Plano Estadual
146 de Recursos Hídricos, existem 144 citações sobre as UPGRHs. Se extrairmos vinte,
147 vinte e pouquinho, que são aquelas que estão no índice, nós vamos ter 120 citações
148 nos textos, nos quatro volumes. Eu fiz o levantamento de volume por volume sobre
149 o que significa o impacto da retirada da UPGRH. Como é que serão resolvidas as
150 questões colocadas no Plano Estadual quando eu retiro a UPGRH de lá? Como é
151 que serão solucionadas? Parece fácil, Thiago, mas não é tão fácil. Eu selecionei
152 alguns trechos aqui. Se não se criar um substitutivo, como é que fica isso? Some
153 essa fase, porque a UPGRH vai sumir, não terá mais. E aí, Thiago, eu queria fazer
154 para todo mundo, para a Câmara toda: eu acredito, entendo que as UPGRHs foram
155 criadas em um determinado momento exatamente porque os Comitês não existiam.
156 Então havia uma necessidade – os legisladores pensaram nisso; eu vejo como uma
157 atitude positiva – de o Estado incentivar a regionalização para a criação dos
158 Comitês. E as UPGRHs funcionaram dessa maneira. Não ficou esperando a
159 iniciativa voluntária das comunidades, dos grupos, dos segmentos para que
160 apresentassem as suas propostas de constituição dos Comitês. Então o Estado
161 tomou uma atitude proativa, as UPGRHs funcionaram dessa maneira, foram criados
162 todos os Comitês. Se nós pegarmos os dois mapas que existem no Plano Estadual
163 – o mapa dos Comitês e o mapa das UPGRHs – eles são 100% similares, não têm
164 divergência. Então eu acredito que funcionou dessa maneira. Mas a documentação
165 e a história não acompanharam aquilo que foi planejado. Em algum momento nós
166 deveríamos ter revisto o conteúdo do próprio Plano, substituído as UPGRHs, que já

167 não tinham mais função – até porque os Comitês já tinham essa base territorial
168 estruturada. Só que ainda estão lá, e sumir vai causar impacto naquilo que está
169 escrito no Plano. Essa é a minha opinião. Eu acho que nós devemos colocar todos
170 esses impactos, pensar em todos esses impactos e trazer, após um estudo mais
171 elaborado, à Câmara Técnica de Planos todas essas dúvidas, sanar todas essas
172 dúvidas e trazer o que exatamente acontecerá a partir da implementação dessa
173 decisão, como será isso, como isso se dará em termos estaduais, como se facilitará
174 – e eu entendo que facilitará a administração dos recursos hídricos –, qual é o âmbito
175 das UEGs, como serão organizadas, como os Comitês participarão disso, como será
176 a decisão administrativa. Uma série de incógnitas que causam extremo desconforto,
177 que têm causado desconforto, inclusive, em nós conselheiros. Eu já me manifestei
178 também ao Guilherme e enviei a ele uma mensagem, inclusive, sobre a composição
179 de uma UEG, especificamente, que eu acho que deveria ser alterada, por questões
180 técnicas, e eu creio que ele já tem essa manifestação, inclusive, do Comitê. Ou seja,
181 também isso tem que ser alterado, tem que ser estudado de uma maneira um
182 pouquinho mais profunda, para que nós não cometamos – e eu considero que uma
183 consulta aos Comitês seria ideal – nenhum desvio que tenha que ser corrigido,
184 posteriormente, após a efetivação de uma medida tão profunda na organização da
185 administração dos recursos hídricos do Estado de Minas Gerais.” Presidente
186 Guilherme da Silva Oliveira: “Sylvio, em virtude dos pedidos de vista, eu acho que
187 fica complicada essa retirada de pauta. A minha sugestão, inclusive, a sugestão
188 também da Secretaria – eu estava trocando ideia aqui com o pessoal – é o seguinte:
189 você fazer também um pedido de vista e fazer essa sugestão que você fez em seu
190 pedido de vista, no seu relatório de vista, aliás, nesses termos. E aproveitando só
191 para falar que o gancho que o Sylvio falou é que o pessoal do Comitê... São dois
192 Comitês, o pessoal ali perto de Espera Feliz e Carangola, se não me engano. Eles
193 estão inseridos na Bacia do Doce. Inclusive, eles fizeram manifestação na Câmara
194 falando que não se identificavam com o Doce e tinham interesse em participar do
195 Paraíba do Sul. Então eles tinham interesse em participar do outro Comitê ao invés
196 do Doce, porque parece que estão em uma bacia que flui para o Espírito Santo, e é
197 uma porção muito pequena dentro do Estado de Minas Gerais. Então essa alteração
198 eles pediram para ser feita, e com essa minha sugestão eu peço até para incluir isso
199 no seu relato de vista. Você vai pedir vista?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “A
200 minha colocação é tentar um consenso mesmo – já tem três pedidos de vista –
201 consensuar entre todos os presentes. Nós retiráramos os pedidos de vista para
202 execução desse estudo mais aprofundado. Um Grupo de Trabalho para apresentar
203 esse resultado, recolher com todos os solicitantes de pedido de vista todas as
204 dúvidas que eles porventura tenham, para que nós apresentemos um único
205 consolidado, para que nós não tenhamos que vir aqui na próxima votação colocar o
206 pedido de vista ‘a’ contra o pedido de vista ‘b’, contra o projeto ‘b’, o que vai
207 empobrecer, na verdade, a discussão, ao invés de enriquecê-la, como eu imagino
208 que todos queiramos.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ou pode ser um
209 pedido de vista conjunto também, de todo mundo, sugerindo isso aí. Vamos esperar

210 um pouquinho, então, Sylvio, vamos pensando.” Conselheiro Thiago Figueiredo
211 Santana: “Primeiro, eu vou fazer uma fala um pouco mais severa, vamos chamar
212 assim, ao Procópio, porque, Procópio, não podemos ser levianos ao ponto de
213 colocar que o Estado apresentou uma proposta na CTIL e traz outra proposta. O
214 documento é o mesmo que foi apresentado na CTIL no dia 10 e trazido aqui na
215 reunião e colocado no processo SEI. Outra situação que o Procópio comenta é sobre
216 o Estado criar algo novo. Criar algo novo é criar UPGRH, porque a Constituição do
217 Estado de 1989 já traz essa definição com essa nomenclatura, de circunscrições
218 hidrográficas. Então não estamos criando algo novo, é um respeito à própria
219 Constituição do Estado. Outra fala que o Procópio coloca é de quem vai gerir as
220 UEGs. A UEG não é gerida por si só, a UEG é um território para estabelecer
221 diretrizes regionalizadas para aplicação dos instrumentos de gestão. Em momento
222 algum se alteram as competências dos Comitês de Bacia, estabelecidas no artigo
223 43 da Política Estadual de Recursos Hídricos. Ou seja, o Conselho Estadual vai
224 regionalizar os critérios para aplicação dos instrumentos de gestão à luz daqueles
225 territórios que têm situações e comportamentos homogêneos, que são similares,
226 não estabelece um novo conceito de instituição de colegiado. É importante ter essa
227 clareza, isso foi amplamente debatido aqui na CTPLAN, e a gente volta com esses
228 mesmos subterfúgios para não votar algo mais propositivo. A questão da UPGRH –
229 aí um pouco sobre o que o Sylvio colocou –, a UPGRH foi criada em 2002, na DN
230 6/2002. Os Comitês do Rio das Velhas e do Rio Pará são de 98, ou seja, anteriores
231 às UPGRHs. Os Comitês são anteriores às UPGRHs. Primeiro ponto. Ajudou muito
232 nos seus objetivos na instituição dos Comitês, que vieram posterior a 2002,
233 delimitando o território para atuação. A primeira fala de UPGRH que hoje podemos
234 trazer aqui é que a UPGRH não abrange 100% do Estado mineiro. Os senhores
235 sabiam disso? Por exemplo, lembramos muito dos municípios do Caparaó. Quando
236 teve a busca de recursos junto ao Ministério da Integração para investimento em
237 saneamento, a obrigatoriedade de estar dentro de um Comitê de Bacia. E eles não
238 estavam, eles vieram a nós colocar isso. E são situações. Há bacias fronteiriças do
239 Estado que não estão dentro de UPGRHs, e hoje eu me pergunto quem vai aprovar
240 o Plano da Bacia do Leste. Porque a competência primária é do Comitê de Bacia.
241 No São Mateus, no Mucuri, temos o Comitê, e o Comitê aprovará. E do Leste? Que
242 pega pequenas bacias, mas sem Comitê. Nós estamos trabalhando para tentar
243 sanar alguns aspectos ao nível de territorialidade, de atuação, de abrangência, para
244 podermos aprimorar esse processo. Outra situação que é colocada – aí eu volto a
245 uma questão que o Procópio colocou – é sobre participativo. Colegiado é uma
246 instância participativa. Não seria participativa, se fizesse dentro do gabinete uma lei
247 e a promulgasse – ou decreto, no caso. Isso é participativo. Aqui nós temos
248 representações que os senhores exercem em vários Comitês de Bacia do Estado.
249 Falar que o Conselho Estadual, com representatividade de todos os segmentos, não
250 é participativo, desculpa, então temos que ir à Assembleia e pedir para revogar a
251 criação do Conselho, porque ele perde em proposição. Porque senão o IGAM vai
252 governar para ele? Não, o IGAM é mero executor de política. O Conselho é macro,

253 porque traz a representatividade. E aqui, Sylvio, e, principalmente, o Procópio, vocês
254 são representantes da sociedade civil, vocês representam aquele cidadão. Então
255 tem a representatividade, e ela se faz por meio de vocês. Agora, como vocês
256 buscam seus pares para trazer as proposições é algo que vocês têm que fomentar
257 e fortalecer nesse processo. Sobre a questão do Plano Estadual, eu concordo
258 plenamente, o Plano Estadual foi feito em 2010, na época das UPGRHs. Ele mantém
259 as UPGRHs, ele não poderia criar algo novo porque o Plano Estadual não é norma,
260 não é lei. Ele faz proposições, estudos, diagnósticos, que dele, sim, saíram diretrizes
261 para o estabelecimento de vários normativos no Estado. A proposição das
262 circunscrições hidrográficas seria no contexto de alterar nomenclatura, de UPGRH
263 por circunscrição. Não afeta o objeto. Então eu até te devolvo essa pergunta. No
264 volume 4, vários estudos que o Plano direciona são sobre UEGs. E aí? Nesse
265 contexto, UEG não existe. Ou trabalhamos em prol disso, desse conceito que o
266 Plano de um território homogêneo com diretrizes para o fortalecimento de ações e
267 resultados, que seria a UEG, respeitadas todas as competências dos Comitês, mas
268 em prol de trabalhar sinergicamente os Comitês, ou também não vamos
269 regulamentar o Plano. Porque o Plano traz essas diretrizes para estudos. No próprio
270 relatório de vista que houve na CTIL, o conselheiro Gustavo Gazzinelli faz alguns
271 questionamentos, fez um questionamento ao Marcelo, diretor de Planejamento e
272 Regulação, e ele se manifestou trazendo essas considerações. Vários estudos do
273 Plano abarcam o conceito UEG. Então não há conflito. Alteração de nomenclatura,
274 aí eu volto à Deliberação Normativa de Planos. A Deliberação Normativa de Planos
275 traz o quê? Que haverá, no mínimo, um Plano de Bacia por UPGRH. Fazendo uma
276 leitura nessa nova proposição, haverá, no mínimo, um Plano de Bacia por
277 circunscrição hidrográfica. Prejuízo? Nenhum. A territorialidade hoje das
278 circunscrições hidrográficas que foram colocadas ali respeita o que há hoje definido
279 de territorialidade de Comitê de Bacia, respeita, fortalece uma definição
280 constitucional do Estado de Minas Gerais. Nós estamos colocando um conceito e
281 uma definição trazidos na Constituição que dão muito mais força e robustez
282 terminológica também, até para fazer a vinculação com o respeito ao território de
283 atuação, do que o conceito UPGRH. Eu acho, Sylvio, sim, que o processo da
284 remodelagem você colocou muito bem, a pirâmide, são etapas e ocorrem nesse
285 aspecto. Primeiro é trazer a questão dos instrumentos, depois, as pactuações, as
286 revisões dos critérios. Isso é importante, essa é uma etapa desse processo que
287 temos que rever de 20 anos de Política de Recursos Hídricos. Eu acho que é
288 importante a discussão nesta Câmara. E falar que nós também estamos sendo
289 muito céleres no processo, principalmente porque houve um workshop em
290 novembro, no Crea, onde os Comitês e a CTPLAN foram convidados, é pouco? Nós
291 estamos com esse processo de discussão na CTPLAN desde maio do ano passado,
292 são um ano e três meses de discussão. E olha que esse processo, neste momento,
293 que é simplesmente de uma região para aplicar critérios para instrumentos de
294 gestão, estamos tendo dificuldade de aceitação. Que não afeta qualquer atribuição
295 do Comitê de Bacia. Propicia uma atuação sinérgica de Comitê de Bacias sobre

296 problemas comuns. Não estamos indo pelo viés de subtrair competências ou criar
 297 novos entes, o que não é competência do Conselho, seria de uma política nova de
 298 recursos hídricos. Esse é um conceito muito claro que essa proposta tem, é uma
 299 norma de quatro artigos. Essa dificuldade de caminhar para inovar é que assusta
 300 um pouco no processo agora. Eu acho que agora é a essa clareza e esse
 301 substitutivo de dar essa transparência que o território de atuação dos Comitês
 302 criados de 98 a 2009 estão inalterados – e o objeto das UEGs já foi aprovado pela
 303 CTPLAN, à qual foram trazidas as inovações para manifestação desta Câmara e
 304 devolução à CTIL – é que nós deveríamos nos atermos. Nós teremos outros
 305 momentos de discussão sobre outros processos dessa remodelagem, esse
 306 aprimoramento da gestão do Estado, mas não é só isso. A gente está se calcando
 307 de que a UEG é o único passo desse processo, mas não é, há questões de MOPs,
 308 que serão levados aos Comitês de Bacia estaduais, por exemplo. Para quem não
 309 sabe o que é MPO, é Manual Operativo de Plano. Com prioridade de ações, com
 310 sinergia de atuação entre aquelas Bacias, o que hoje ocorre de uma maneira
 311 totalmente isolada. Então é esse processo que nós queremos fortalecer, criar
 312 critérios de outorga regionalizada. Ontem nós estávamos discutindo com o Comitê
 313 do Paranaíba – IGAM, ANA e Comitê do Paranaíba, o PN1 – a questão do marco
 314 regulatório de uso da água, de conflito. A Bacia do Paranaíba tem que ter um
 315 tratamento diferenciado em alguns aspectos, e você está aí e sabe disso, eu não
 316 posso tratar a Bacia do Paranaíba como trato a Bacia do Rio Grande, como trato a
 317 do Paraíba do Sul, como trato, principalmente, a Bacia do Rio Pardo. São situações
 318 específicas. Esse processo fortalece isso, esse processo que vai trazer uma
 319 possibilidade de aproximação, de atuação sinérgica na bacia, a gente estabelecer
 320 essa regionalização.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Eu vou pedir vista
 321 conjunta. O meu objetivo aqui é muito na linha que o Sylvio colocou, mas aí pedindo
 322 um apoio ao Thiago e à equipe do IGAM e aos colegas da CTPLAN, que nesse
 323 relatório de vista nós possamos fazer uma reunião entre nós para poder esclarecer
 324 todas as dúvidas e buscar um alinhamento para termos um posicionamento único.
 325 Eu vejo que neste momento não há necessidade de se criar um GT, mas nós temos
 326 condições, sim, de discutir entre os membros da CTPLAN para poder apresentar a
 327 melhor proposta que possa atender todos os interessados. Essa é a minha
 328 justificativa de vista. Eu conto com o apoio dos colegas e depois posso entrar em
 329 contato para que possamos fazer essa reunião. Agora, virtual, fica até mais fácil.
 330 Para podermos realmente debater o tema entre nós e tentar chegar a um
 331 alinhamento, a um acordo.” Conselheiro Renato Junio Constâncio: “Com todo
 332 respeito a toda a discussão que teve dentro da Câmara, com todo respeito ao IGAM,
 333 a nossa posição é de que a discussão pegou vários contornos em capítulos,
 334 pegando passo a passo. O nosso entendimento é de que esses contornos ficaram
 335 um pouco diferenciados entre a saída da CTPLAN e a chegada na CTIL e o retorno
 336 agora à CTPLAN. E pelo visto já está sendo decidida aqui a questão do pedido de
 337 vista. Eu faço das minhas palavras as palavras do professor Sylvio de que
 338 deveríamos realmente fazer essa questão do GT, essa discussão conjunta, para

339 poder propor esse trabalho. Porque no meu entendimento houve contornos
340 diferenciados entre a saída da CPLAN, a chegada à CTIL e agora no retorno à
341 CTPLAN e chegaram nuances diferentes, bem mais detalhadas. Com todo respeito
342 ao Thiago, muitas dessas manifestações que foram feitas aqui hoje até nas reuniões
343 anteriores poderiam ter sido feitas. Com todo respeito, algumas nuances, alguns
344 detalhes, isso já poderia ter sido discutido anteriormente. Então eu faço das minhas
345 palavras as palavras do professor Sylvio. Concordo com o pedido de vista e com o
346 Grupo, para fazermos uma nova discussão, um novo detalhamento.” Conselheiro
347 José de Castro Procópio: “Thiago, eu posso até ter errado de ser bravo demais
348 tentando manifestar uma insatisfação. Mas o que eu vejo? Por exemplo, você fez
349 uma explicação, que precisaria ser entendida por todos, da questão de a gestão ser
350 só do território. Quando se tem um abaixo-assinado com mais de 200 pessoas dos
351 Comitês de Bacia mineiros, está claro para mim de que não há entendimento, que
352 isso não está claro. O documento original apresentado, nós evoluímos muito na
353 discussão, mas clareza não existe, as pessoas não conseguiram ter entendimento.
354 E devo agradecer ao professor Sylvio a aula dada, porque ele é um técnico de
355 excelência. Eu continuo achando que até agora nós não estamos fazendo a
356 comemoração de 20 anos do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
357 para melhoria. Parece que esse é o objetivo, mas o que está nos parecendo é
358 retrocesso em função dessa falta de entendimento geral. Eu acho que o objetivo das
359 Câmaras e do Conselho Estadual é de aprimorar a gestão. Eu concordo que é
360 necessário fazer uma gestão mais enxuta. As UEGs, não somos totalmente contra,
361 nós somos contra o processo de condução. Da forma que às vezes têm chegado as
362 divisões, elas me parecem forçadas, não estão tendo o respaldo das bases. O
363 exemplo são essas bacias citadas hoje. Mas tem outras questões a serem levadas
364 em conta. Então eu acredito que, inclusive, a questão que está sendo discutida no
365 GT da Cobrança, está tudo interligado, é o sistema, precisa ser discutido como um
366 todo. Então, quando pedimos que seja retirado de pauta, é porque não é com
367 parecer de pedido de vista que vamos resolver a questão, a questão precisa ser
368 resolvida em termos de solução e entendimento do sistema. É isso que estamos
369 pedindo. E mantemos o pedido de vista conjunto com as pessoas, porque acho que
370 é isso, nós precisamos debater mais, clarear as dúvidas, arranjar forma de terem
371 documentações finais de que esses propósitos são x, y z. Essa clareza está faltando.
372 É isso que está surgindo, a cada momento todo mundo arrepiado, todo mundo assusta,
373 todo mundo sente desconfiança. Se há desconfiança é porque não há clareza na
374 explicação, e o entendimento não está sendo produzido.” Conselheiro Valtel Vilela
375 Cunha: “Senhor presidente, como todos os colegas já estão entrando nesse mérito,
376 em tese eu concordo com o que foi dito pelo Thiago, eu acho que tem que mudar
377 realmente. O Thiago falou muito bem que desde maio do ano passado estamos
378 discutindo esse assunto. Só que em maio foi proposto pelo IGAM uma outra minuta
379 totalmente diferente da que foi aprovada. Depois de algumas discussões, nós chegamos
380 àquela minuta que foi aprovada e foi para a CTIL. E nesse intervalo o próprio IGAM
381 não tinha falado isso antes, aí ele veio com as circunscrições hidrográficas. O que é

382 isso? A Constituição do Estado de Minas Gerais, que foi aprovada em 21 de
383 setembro de 1989, fala no artigo 250: 'Para assegurar a efetividade do objetivo do
384 artigo anterior, o poder público, por meio do Sistema Estadual de Gerenciamento de
385 Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos
386 Minerários, observará, entre outros, os seguintes preceitos: I - Adoção de bacia
387 hidrográfica com base de gerenciamento e classificação dos recursos hídricos.' '§
388 1º - Para a execução do gerenciamento previsto no inciso I, o Estado instituirá
389 circunscrições hidrográficas (o que não mais é do que a divisão territorial)
390 integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na forma
391 da lei.' Muito claro. Em 29 de janeiro de 1999, dez anos depois, o Estado instituiu a
392 Lei 13.199, que dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento de Recursos
393 Hídricos. Não tem uma linha nessa lei que fala das circunscrições hidrográficas.
394 Muito antes pelo contrário, no artigo 3º fala que na Política Estadual de Recursos
395 Hídricos será observado: 'IV - Adoção da bacia hidrográfica vista como sistema
396 integrado que engloba os meios físico, biótico e antrópico, como unidades física e
397 territorial de planejamento e gerenciamento. Isso é que está na lei, não tem uma lei,
398 salvo melhor juízo, como está na nossa Constituição, que define o que é
399 circunscrição hidrográfica. Nós estamos tentando definir isso agora através de uma
400 DN do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A minha questão é: se isso está
401 correto, nós temos de ter um parecer jurídico, porque, pelo que entendo, pelo que
402 vi, aqui fala que a circunscrição deverá ser definida na forma da lei. E lei para mim
403 tem que passar na Assembleia. Mantenho o meu pedido de vista, acho que tem que
404 ser um pedido de vista conjunto. Eu concordo com tudo que foi dito pelo professor
405 Sylvio. Eu acho que nesse pedido de vista conjunto nós podemos estudar isso tudo
406 de novo." Conselheira Ivonice Maria da Rocha: "Eu acompanho os nossos
407 companheiros, conselheiros, nesse pedido de vista. Está é a minha manifestação.
408 Uma vez que de todo o movimento da exposição, até mesmo feito pelo Thiago, que
409 trouxe informações na primeira parte da exposição, que trouxe também outros
410 esclarecimentos conceituais nesse momento que ele teve de esclarecer em relação
411 a alguns conceitos que foram colocados, eu acho que isso é muito importante. Mas
412 penso que essa conversa, essa discussão, está além da questão conceitual. Porque
413 o movimento dos conceitos nós podemos buscar em outros pareceres, em outros
414 documentos. Tem outra base de informação em que podemos buscar. E aí traz a
415 lógica do nivelamento dos conceitos a todo o grupo de conselheiros. Mas a
416 discussão que foi trazida até agora soma algumas coisas, valida algumas coisas
417 colocadas pelo conselheiro Procópio e muito fortemente as questões apontadas
418 pelo conselheiro Sylvio. Então observando, bem atenta, o posicionamento do Sylvio
419 e agora também o do nosso último conselheiro, Valter, que fala da questão da
420 legalidade da mudança da terminologia 'circunscrição', que é algo que já adotamos
421 no sentido da gestão do Estado. Nós já adotamos e já compreendemos qual é a
422 lógica e entendemos isso. Mas também nesse sentido eu somo à opinião dos outros
423 conselheiros para que tenhamos um pedido de vista conjunto. Fortaleço essa
424 manifestação." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Eu tenho uma questão de

425 solicitação de informação para a Thayná Campos, assessora jurídica, a questão do
 426 prazo de apresentação dos pedidos de vista. Se não me engano, dá um prazo em
 427 dias, e para a próxima reunião a vista tem que ser apresentada. Procede isso?”
 428 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “O que me passaram aqui é que o retorno
 429 de vista são dez dias úteis, a partir da publicação da decisão. Então provavelmente
 430 o prazo vai terminar no dia 2 de setembro.” Thayná Campos/IGAM: “Exatamente,
 431 são dez dias úteis a partir da publicação da decisão. Mesmo sendo conjunto, o prazo
 432 é o mesmo.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Só para fazer mais uma
 433 manifestação aqui, nós conseguimos nesta reunião 100% do quórum da CTPLAN.
 434 Muito bom isso também.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Eu vou fazer um
 435 esclarecimento até para o Valter na colocação dele sobre a questão de que eu
 436 trouxe o conceito, da Constituição, da circunscrição hidrográfica. Por que a proposta
 437 faz essa alteração da DN 4? Todo mundo focou a DN 6, que traz UPGRH, mas a
 438 DN 4 traz o conceito da UPGRH como sendo o território de circunscrições
 439 hidrográficas no Estado. Houve já um parecer jurídico na época trazendo essa
 440 proposição. Então é só para dar essa clareza e segurança, porque isso já é o que é
 441 hoje regulamentado. Hoje o conceito de UPGRH é uma inovação que o Conselho
 442 fez – competente, claro, para isso – sobre o termo ‘circunscrição hidrográfica’. É
 443 simples assim. Depois se tiver oportunidade, Valter, dê uma olhada na DN 4, salvo
 444 engano, artigo 7º. É o artigo 7º da DN 4, de 18 de fevereiro de 2002. Fique à vontade
 445 para olhar.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Ela tem um parágrafo único e não
 446 tem ‘circunscrição hidrográfica’. Eu vou ver, se eu estiver errado, me corrija, por
 447 gentileza. A Deliberação Normativa nº 4, de 18 de fevereiro de 2012, artigo 7º: ‘A
 448 criação de Comitês se dará conforme as unidades de planejamento e gestão de
 449 recursos hídricos, formalmente aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos
 450 Hídricos Minas Gerais, em Deliberação Normativa específica, observado o disposto
 451 no inciso I, parágrafo 1º do artigo 250 da Constituição do Estado de Minas Gerais.
 452 Parágrafo único. A situação dos Comitês já constituídos em desacordo com as
 453 unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos deverá ser objeto de
 454 exame específico por parte do Conselho Estadual, ouvidos os referidos Comitês,
 455 com vistas ao estabelecimento de uma forma para sua futura adequação.’ Há
 456 citação indireta, porque está disposto no parágrafo único que o Estado instituirá
 457 circunscrições hidrográficas. Pode ser lido dessa maneira que você coloca, mas não
 458 tem na DN nenhuma citação objetiva, direta, dentro da DN. É indireta, através da
 459 citação do artigo.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Mas é uma remissão
 460 direta ao disposto na lei, então, legalmente, em qualquer avaliação jurídica, não se
 461 observa qualquer conflito de competência, que é uma vinculação onde há conflitos.
 462 Não é uma vinculação direta quando tratamos de instituição de um território nessa
 463 norma e uma definição de território na outra lei. Então se houvesse algum conflito
 464 de competência seria observado desde a época.” Presidente Guilherme da Silva
 465 Oliveira: “Nós temos um número significativo de membros deste Colegiado com
 466 pedido de vista. Representantes de segmentos diversos. Existe uma manifestação
 467 explícita do Deivid para que nós possamos fazer uma reunião para tratar desses

468 assuntos, tentar chegar, inclusive, a um entendimento para fazer o
469 encaminhamento. Mas o prazo que é dado e as condições que nós temos hoje não
470 são suficientes para que isso aconteça. Então eu interpreto que o número alto de
471 solicitações de pedido de vista é claro que traz já explicitamente um desconforto
472 com aquilo que está sendo tratado. E não vejo outra solução que não o
473 entendimento aqui entre nós. E espero que o Thiago possa abrandar essa posição
474 decidida pelo IGAM para que nós possamos encaminhar isso fora desse prazo que
475 é dado, de dez dias. Não acho que esse prazo seja suficiente para resolver todas
476 as dúvidas e os problemas que estão sendo colocados. Talvez não seja o caso de
477 se criar um Grupo de Trabalho, mas que nós possamos desenvolver, mesmo aqui
478 no âmbito da Câmara Técnica, uma quantidade maior de discussões para dirimir
479 todas as dúvidas, para tentar estabelecer um texto que seja palatável para todos os
480 segmentos, construído pelos segmentos de uma maneira mais aprofundada, dada
481 a quantidade de dúvidas que foram levantadas. E só para colocar uma fala do
482 Thiago como argumento favorável à minha solicitação, o Thiago, quando coloca
483 aquilo que está escrito na Lei das Águas de Minas Gerais, para cada circunscrição
484 será realizado, no mínimo, um Plano. Correto? Só que, como as UPGRHs não serão
485 mais circunscrições, as circunscrições serão as UEGs. E aí seria um Plano só para
486 todas as UEGs. Não é isso? É o que está escrito. Eu não sei se é o que você quis
487 dizer, mas é o que está escrito. Então olha só quantas coisas aí precisam ficar
488 claras, precisam ser explicadas.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana:
489 “Presidente, só uma questão de ordem, porque está deturpando a minha fala.”
490 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Vamos fazer o seguinte: como é gravado...
491 Porque é a segunda vez que vem com essa conversa de que ‘eu estou falando
492 coisas que eu não falei’. Como tudo está gravado, nós vamos ao que o Thiago falou,
493 aí verificamos o que está escrito e seguimos. Se eu estiver errado, eu assumo e
494 peço desculpas.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Presidente, só questão
495 de ordem aqui, porque está havendo uma deturpação. Conforme está formalmente
496 colocado no documento, as circunscrições hidrográficas não são UEGs. Só para
497 deixar isso muito claro. Eu estou projetando aqui na tela. Todos os conselheiros
498 tiveram acesso ao documento. Aqui trazem as circunscrições e colocam que as
499 UEGs serão compostas ‘pelas seguintes circunscrições’. Então não há unificação,
500 as circunscrições hidrográficas são instituições distintas de UEGs. É só para deixar
501 isso muito claro, porque qualquer tipo de deturpação aqui pode induzir a
502 entendimentos equivocados dos outros conselheiros e do público que está vendo
503 no YouTube.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Nós temos aqui ainda
504 inscrições do Valter e do Procópio. Eu vou parar nessas inscrições e fazer a
505 sugestão como já havia sido feito. Sylvio, eu entendo a sua manifestação,
506 compreendo, entendi perfeitamente o que você quis dizer. Mas com os pedidos de
507 vista – já foram feitos vários – a minha sugestão volta àquela inicial: dentro do
508 relatório de vista, se incorpora essa ideia do Grupo para trazer na próxima reunião.
509 Porque, como foi dito lá no começo, os pedidos de vista já foram feitos, e nós
510 continuamos aqui na discussão. São boas, interessantes, mas vamos prolongando

511 a reunião, desnecessariamente, sendo que já foi solicitado o pedido de vista. O
512 pessoal está me passando aqui que parece que tem inscritos de fora da reunião. Foi
513 pedido também para eu fazer um lembrete, lembrando que ‘se foi solicitado vista à
514 matéria é importante informar que os inscritos a se manifestar deverão, caso seja
515 necessário, se inscrever novamente para o retorno da matéria de vista’.”
516 Conselheiro José de Castro Procópio: “O curioso do processo é que cada vez que
517 se explica mais confusão surge. Aqui eu tenho como objetivo, representando o
518 Instituto Guaicuy, provocar debate e entendimento. E eu cada vez mais vejo que
519 não tem entendimento. E concordo com o Sylvio que, no momento de pandemia,
520 quando as reuniões são dificultadas, a manutenção do prazo de até 2 de setembro
521 é realmente um prazo muito curto para se fazer o entendimento, considerando o
522 número de dúvidas que vão surgindo a cada modificação, a cada proposta que se
523 apresenta nesse processo. Eu continuo mantendo que a forma de condução não
524 está produzindo entendimento e, sim, cada vez mais dúvidas. Uma das coisas que
525 eu tinha perguntado era se tinha manifestação do YouTube. Eu tinha perguntado
526 pelo chat e também fiz uma manifestação. Para mim, a retirada de pauta, como foi
527 feita na primeira vez, era uma questão de gentileza do IGAM em provocar e produzir
528 entendimento. Então eu realmente acho que precisaria de outras reuniões para se
529 poder chegar a esse entendimento, o entendimento não está acontecendo. Para as
530 pessoas, para as bacias, não há entendimento. Isso é afirmado, mas não está
531 totalmente escrito com clareza que os Comitês serão mantidos, que as UEGs são
532 só uma divisão territorial. Aí entra na mesma questão estratégica, administrativa, de
533 políticas comuns. A mesma coisa acontece agora também com as circunscrições
534 hidrográficas. Embora esteja no Plano, a função nossa, nós estamos falando em
535 uma Câmara de planejamento, nós temos que planejar que o sistema funcione de
536 forma adequada, com entendimento e com ferramentas muito claras. E isso eu acho
537 que nós não estamos produzindo. Então eu acredito, e um pedido que eu faço mais
538 uma vez, embora mantendo o pedido de vista, é que o IGAM deveria analisar com
539 muita calma a retirada de pauta e a produção e promoção de outras reuniões com
540 os atores, principalmente do Fórum Mineiro de Comitês e das diversas Câmaras ou
541 até mesmo do Conselho Estadual, e uma reunião excepcional, extraordinária. Nós
542 temos que inovar. E a situação atual é de muita dificuldade. Inclusive, no futuro,
543 podem surgir questões de legalidade. Por exemplo, no YouTube, as manifestações
544 são, na minha forma de ver, restritiva. Pelo menos dentro do canal, não se consegue
545 ver quem está se manifestando. Tem 16 assistindo agora, tem três pessoas que
546 botaram ok, de tinindo, mas não aparece para nós, como seria comum em qualquer
547 live, o chat do YouTube, a discussão que está acontecendo lá, que é legal, que é
548 justa e social, de direito de manifestação. Então eu acredito que é isso. Eu mantenho
549 que você deveria olhar com muito cuidado, inclusive, o número de pedido de vista.
550 E até pergunto: não existiriam outros membros da Câmara com vontade também de
551 pedir vista? De repente, a Câmara inteira pedir vista para podermos conseguir
552 realmente chegarmos a uma retirada de pauta?” Conselheiro Valter Vilela Cunha:
553 “Presidente Guilherme e caros colegas, pensando melhor, eu acho que o professor

554 Sylvio tem toda a razão. Em dez dias nós não vamos chegar a nenhum consenso.
555 Eu acho que nós temos que ter um prazo maior. Ou se faz um pedido de vista
556 conjunto, e a gente já solicita um prazo bem maior para discutir... Eu acho que tem
557 que ser convidado o Fórum Mineiro de Comitês para participar desse Grupo de
558 Trabalho também. Desde maio, já tivemos uma meia dúzia de minutas, e cada
559 minuta nova vem com uma novidade. Por que as circunscrições já não foram
560 colocadas na primeira minuta, de maio? Cada dia vem uma coisa nova. Então eu
561 acho que o prazo de dez dias é totalmente inviável. Se forem dez dias, eu até retiro
562 o meu pedido de vista, porque não vou ter condições em dez dias de jeito nenhum.
563 Do jeito que está indo, está muito mal, cada dia uma justificativa. Se estivesse claro,
564 estaria todo mundo indo na mesma direção proposta pelo Thiago, todo mundo quer
565 o que ele está querendo. Só que como está sendo apresentado nós não estamos
566 tendo confiança nessa proposta. Eu não me sinto confortável nem um pouquinho de
567 ter só dez dias para discutirmos esse pedido de vista. Então, Guilherme, eu acho
568 que tem que ter um prazo maior. Nós estamos desde maio do ano passado. Tudo
569 bem, vamos mais para frente um pouco, mas que nos concentremos nisso. Eu acho
570 que o Thiago tem razão em muita coisa do que está sendo dito, mas como está
571 sendo feito eu acho que não está legal.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu
572 não sei se regimentalmente eu poderia estender esse prazo, não sei como funciona.
573 Eu continuo entendendo assim: dentro do pedido de vista, fazendo essa sugestão
574 ou até mesmo pedido de dilação de prazo para discussões. Aí eu teria que ver com
575 a Secretaria e com o jurídico para ver qual a possibilidade.” Thayná Campos/IGAM:
576 “O artigo 51 do Regimento fala no parágrafo 1º da possibilidade de flexibilização do
577 prazo, o que vai depender da complexidade da matéria e ou da falta de informações
578 técnicas necessárias e demandadas ao Sisema e agentes envolvidos para subsidiar
579 o parecer e a tomada de decisão. E o parágrafo 2º fala que ‘a prorrogação a que se
580 refere o parágrafo anterior será no máximo coincidente com o prazo da reunião
581 ordinária subsequente.’ E aí a prorrogação seria no máximo coincidente com o prazo
582 da reunião ordinária subsequente. Aí teria que ver com a Secretaria qual seria esse
583 prazo para a reunião ordinária subsequente.” Conselheiro Thiago Figueiredo
584 Santana: “A reunião ordinária seria dia 2 de setembro.” Thayná Campos/IGAM:
585 “Então no caso o prazo continua sendo de dez dias úteis.” Presidente Guilherme da
586 Silva Oliveira: “Então tem um complicador aí. E no caso de o pedido de vista vir
587 solicitando um prazo maior ou pedindo a criação de um Grupo, teria que pôr em
588 votação?” Thayná Campos/IGAM: “Aqui fala ‘ouvido o plenário’. Poderia ser
589 flexibilizado, mas só que essa prorrogação só seria no máximo coincidente com o
590 prazo da reunião ordinária subsequente. Só que a reunião ordinária subsequente é
591 dia 2 de setembro. Então teria até dia 2 de setembro, de qualquer forma, para se
592 manifestar.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Dessa maneira então não
593 supre.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Eu quero fazer uma proposta:
594 inicialmente, vamos tratar nesse prazo, e na semana que vem eu até me disponho
595 a fazer uma reunião com todos esses membros que fizeram o pedido de vista, para
596 fazermos um alinhamento. E nesse ínterim nós fazemos as reuniões também que

597 se fizerem necessárias para esclarecer, com os conselheiros da Câmara. E depois
598 na próxima reunião avaliamos alguma outra necessidade. Primeiramente, nós temos
599 que respeitar uma questão regimental e dentro desse respeito ao Regimento a gente
600 já se reúne nesse prazo. Eu me coloco à disposição de todos aqui. Nós temos a
601 facilidade desses meios de videoconferência hoje, fazemos uma reunião de
602 alinhamento para tentar trazer maior clareza sobre as propostas, que são as
603 inovações que são trazidas nesse substitutivo. E na próxima reunião a gente discute
604 algum encaminhamento.” Conselheira Maria Eduarda de Moraes Lana: “Diante das
605 manifestações dos conselheiros, eu também quero fazer um pedido de vista.”
606 Conselheiro Antônio Carlos Vidal Barra: “Eu vou acompanhar o grupo nesse
607 aprofundamento do processo e me engajo no grupo no pedido de vista.” Conselheiro
608 Sylvio Luiz Andreozzi: “Não é possível. Quase que em unanimemente o Conselho
609 pede vista, e no prazo solicitado é impossível. Eu não entendi direito essa questão
610 que o Thiago colocou e vou pedir um esclarecimento. Dentro do período de vista o
611 Thiago quer uma reunião com o grupo? Ou seja, continua rodando o período de
612 vista ou o IGAM está retirando para esclarecimentos? Não? Então não muda nada.
613 Eu até mandei no privado aqui uma sugestão de encaminhamento. Não considero
614 o prazo disponível regimentalmente suficiente para dirimir todas as dúvidas que
615 estão colocadas, tanto de mérito quanto de processo, sobre essa questão. Estou
616 solicitando que se baixe em diligência ou que se retire o processo para que nós
617 possamos caminhar. E para que isso aconteça eu creio que nós teríamos que retirar
618 todos os pedidos de vista, caso essa seja a opinião da Câmara. Porque se mantiver
619 um pedido de vista, na verdade, precede a minha sugestão. Porque se ela for
620 aprovada os pedidos de vista perdem a temporalidade.” Presidente Guilherme da
621 Silva Oliveira: “Eu entendi, Sylvio. O problema é que quase todo mundo pediu vista.
622 Eu vou insistir naquele primeiro assunto. Você não acha, Sylvio? Quase todo mundo
623 vista. Manter o pedido de vista e, dentro do pedido de vista, fazer essas sugestões.
624 Se todo mundo está favorável, colocando isso na próxima reunião, isso vai ser
625 votado e aprovado. Quase unanimidade o pedido de vista. O que você acha?
626 Primeiro tem que saber se todo mundo está disposto a fazer essa retirada do pedido
627 de vista, como vai ser isso. E eu entendo que até no pedido de vista fica uma coisa
628 mais bem fundamentada para decisão na próxima reunião.” Conselheiro Sylvio Luiz
629 Andreozzi: “É uma quantidade muito grande de dúvidas, basta ver o número de
630 membros do Colegiado que estão envolvidos, para que nesse período nós tenhamos
631 tempo hábil para fazer isso. Mesmo para construir um pedido de vista único, geral,
632 todos os solicitantes de vista teriam que chegar a um consenso, consenso esse que
633 nós dificilmente conseguiremos nesse prazo que é dado. Por isso que eu apresentei
634 a sugestão de encaminhamento: ou pela retirada do processo para que nós
635 possamos aí, sim, pautar reuniões para construir a deliberação conjuntamente, ou
636 baixar em diligência. E aí nós vamos listar uma quantidade de dúvidas que teriam
637 que ser explicadas por parte do IGAM. Baixar em diligência significa pergunta e
638 resposta, e me parece que não é isso que nós queremos. Nós queremos diálogo,
639 nós queremos ter mais informação e influenciar, inclusive, no conteúdo. Essa é a

640 minha impressão. Portanto, eu volto a fazer uma solicitação para que se retire o
641 ponto de pauta de hoje para que nós possamos agendar uma quantidade de
642 reuniões que seja suficiente, independente do prazo regimental das solicitações de
643 vista, para que possamos construir conjuntamente esse processo, dirimir as
644 dúvidas, tampar os prováveis buracos que existam, para que quando chegar à
645 Câmara Técnica nós não tenhamos mais que receber o retorno do documento, como
646 recebemos, por não aprofundamento dos impactos legais decorrentes da decisão
647 da Câmara Técnica de Planos.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Sylvio, eu
648 confesso que estou muito confuso aqui e não estou sabendo como agir nessa
649 situação. Eu vou solicitar uma ajuda do jurídico, como vai ser feito. Enquanto isso,
650 eu vou passando a palavra aos conselheiros.” Conselheiro Thiago Figueiredo
651 Santana: “Presidente, a baixa em diligência também tem prazo de dez dias. As
652 pessoas não se atêm à questão do Regimento Interno. E outra situação: a baixa em
653 diligência na CTIL também tem que respeitar esse prazo que foi colocado para esta
654 Câmara. Deixar isso muito claro também. O processo foi baixado em diligência na
655 CTIL para uma manifestação da CTPLAN. Uma coisa que também temos que criar
656 uma cultura dentro das Câmaras Técnicas do Conselho é que criação de documento
657 nós podemos fazer dentro da discussão da Câmara, não precisamos criar Grupos
658 de Trabalhos externos para todo momento criar mais instâncias de discussão. As
659 pessoas que têm que propor são as pessoas que vão votar, que são vocês. Isso
660 acontece tão naturalmente no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nas
661 Câmaras Técnicas lá, e aqui nós temos a simples mania de a Câmara Técnica
662 basicamente ser deliberativa, aprovativa, sobre determinado ponto, e não ser
663 construtivista no processo interno, como foi esse. Como o próprio Valter falou, já se
664 criaram ene minutas, ene discussões, chegou àquela outra proposta, teve alteração.
665 Então vamos fortalecer esse processo dentro da Câmara, eu acho que não
666 precisamos criar mais instâncias de discussão, vocês irão votar, a vocês cabe
667 construir esse processo, vocês são as entidades representativas. Eu ainda sugiro,
668 presidente, que cabe ainda a manutenção do conceito dos dez dias, e nesse ínterim
669 o IGAM se coloca disponível a apresentar o que é a proposição, para dirimir qualquer
670 dúvida. É o nosso papel de apoio técnico ao Conselho. E a partir disso, no relatório
671 de vista, poderão vir as sugestões dos conselheiros, ou mesmo dentro da Câmara
672 continuar essa construção.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Sylvio, eu
673 compreendi o que você quis dizer, mas estou achando complicada a execução. É a
674 minha opinião aqui. Eu estou ainda mantendo a ideia do pedido de vista e de inserir
675 essas dificuldades, essas dúvidas, o próprio prazo para discussão. Talvez com o
676 Grupo de Trabalho ou, como o Thiago falou, criar uma reunião extraordinária para
677 discussão dessa norma.” Conselheiro José de Castro Procópio: “O que eu vejo é
678 que o objetivo do Conselho Estadual, do IGAM, de todos os órgãos é preservar a
679 questão da quantidade e qualidade da água para todos os usuários e usos múltiplos,
680 e o objetivo desta Câmara ou dessa DN também tem como foco resolver essa
681 questão. Nós sabemos que se precisa solucionar a questão de gestão administrativa
682 da gestão de recursos hídricos no Estado, nós conhecemos o histórico de

engessamento do IGAM, de redução da equipe, de falta de perna, de peça de recurso. Nós sabemos de tudo isso. E o fato de se ter a maior parte da Câmara pedindo vista, a questão regimental para mim, neste momento, se torna não como solução como ela foi criada, para poder criar limites, mas o limite ao entendimento, o limite à solução factível, a solução efetiva para o processo, que melhore o Sistema de Gestão Recursos Hídricos, precisa de entendimento, precisa de solução de tantas dúvidas. O fato de ter um ano, de ter dois, não importa, o planeta está aí há alguns bilhões de anos, e ainda botamos defeito em um monte de coisas. Então realmente o grande objetivo nosso é conseguir chegar a um entendimento que solucione o problema de gestão, que solucione a água dentro do ribeirão, dentro do córrego, dentro da nascente, dentro do copo de quem vai consumir, na indústria para produzir, na mineração para poder tirar riquezas, exportar riquezas, como se diz na visão econômica, na produção de alimentos, na vida da natureza, porque a água não é só para nós, não é só para o ser humano, é para o planeta como um todo. Então eu vejo que a questão, quando pedimos a retirada de pauta, é que a forma de quem pode fazer isso é o IGAM ou o secretário. E isso dá tempo de se fazer. O que eu vejo claramente hoje é: não chegamos ao entendimento. Não é entendimento de discussão, de disputa entre nós membros representantes do segmento, é a forma como está sendo construído, o resultado a que chegamos, a cada vez novas dúvidas são criadas. Quando o Fórum faz a manifestação através daquele abaixo-assinado, significa dizer que mais de 200 pessoas não estão entendendo o processo. E os Comitês de Bacia, não se pode esquecer que são entes do sistema, são entes legais estaduais da gestão do Sistema de Recursos Hídricos. E eu tenho visto, de alguma forma, que eles parecem ter sido menosprezados. A participação não tem sido efetiva, tanto é que se tem mais dúvidas. Então é isso. Como fazer, dez dias no período de pandemia, é complexo demais. Eu sei que vai ser um sacrifício porque as pessoas não estão só neste Conselho. O Guaicuy, por exemplo, está nas três Câmaras, está no Conselho Estadual, está nos Comitês de Bacia, em Subcomitês, está em outras instituições. Então é humanamente impossível, nesta situação de Covid, resolver em dez dias. Eu acredito que seria, no mínimo, gentil que o IGAM promovesse realmente um encontro posterior, que retirasse de pauta, para a discussão, como foi no caso quando fizemos o primeiro pedido de vista, que provocou toda aquela série de debates e reuniões que resultaram no seminário. Mas ainda foi insuficiente. Se não for suficiente o remédio para o doente, a gente aumenta a dose ou muda a forma de fazê-lo, muda o prognóstico para fazer a cura, altera-se o modelo. O objetivo é chegar a uma gestão efetiva, eficaz, é isso que nós queremos.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Prezados, sem entrar no mérito da discussão, olhando apenas a questão que me compete, que é a minha competência, eu fico muito temeroso com essa questão de retirar um pedido de vista. Como funciona a questão de Regimento? Nós estamos aqui em um órgão colegiado, que tem que seguir o Regimento. Aqui, com todo o respeito, não é uma live em que podemos criar as regras. Nós temos as regras fixas para seguir. Inclusive, caso não sejam

726 seguidas, os atos que são deliberados aqui ficam passíveis de controle de
 727 legalidade. O que fala o pedido de vista? Está no artigo 41. Não só aqui, mas como
 728 no COPAM também, quando um pedido de vista é feito, o presidente acata esse
 729 pedido, e acaba a discussão, a matéria volta para ser discutida na próxima reunião.
 730 Então toda essa discussão que está tendo aqui após o pedido de vista nem sequer
 731 é uma discussão formal, porque aquele tema já foi finalizado. É um conselho que
 732 discute políticas públicas, é importantíssimo, mas não existe a previsão de retirar
 733 um pedido de vista, essa previsão não existe. Se um conselheiro pediu vista, esse
 734 assunto finaliza e retorna para a reunião seguinte. É o artigo 41 do nosso Regimento
 735 Interno. Então presidente, conselheiros, só tenham muita atenção. Eu vou focar
 736 muito a questão que me compete aqui, que é a questão de cumprir o Regimento.
 737 Isso que está sendo solicitado aqui eu entendo, entendo a importância, mas não tem
 738 previsão normativa. Fez o pedido de vista, se um único conselheiro fez, já é motivo
 739 para acabar a discussão e retornar para a reunião seguinte. Artigo 41 do nosso
 740 Regimento.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Obrigado pelo esclarecimento.
 741 Essas palavras do Hidelbrando me confortaram, eu acho que ficou mais fácil a minha
 742 decisão.” Thayná Campos/IGAM: “Só porque já passou esse momento da retirada
 743 de pauta. De acordo com o artigo 36, inciso V, a apresentação ao presidente de
 744 pedido de inversão de pauta e de retirada de pauta seria depois da aprovação da
 745 ata da reunião anterior. E já estamos no inciso VI, que é a discussão e deliberação
 746 das matérias pautadas. E aí já passou o momento de retirada de pauta. E também
 747 tem essa questão falada pelo Hidelbrando de que não existe essa possibilidade de
 748 retirada de pedido de vista. É só para deixar claras essas questões.” Presidente
 749 Guilherme da Silva Oliveira: “Eu acho que ficou para mim, pelo menos, como
 750 presidente, com as dúvidas que eu tinha, facilitou muito a minha vida aqui. Tem três
 751 pessoas com a mão levantada, serão as últimas manifestações. Eu não vou
 752 inscrever mais ninguém aqui. Depois das três manifestações, fica o pedido de vista.”
 753 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Antes da minha fala, eu queria duas
 754 informações. Primeiro, eu quero saber quem são os membros da Câmara Técnica.
 755 Por gentileza, secretaria executiva, quais são os membros da Câmara Técnica?”
 756 Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Na ata de votação tem os membros.” Conselheiro
 757 Sylvio Luiz Andreozzi: “Agradeço a primeira informação. A segunda questão é a fala
 758 do Hidelbrando. Que é assessor jurídico, secretário? Não entendi direito.”
 759 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “É secretário executivo do Conselho
 760 Estadual e do COPAM.” Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Eu sou
 761 secretário da SEMAD, do CERH e do COPAM.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
 762 “Quanto à questão da Câmara, de novo nós estamos vendo a mão pesada do IGAM.
 763 E não deveria ser, não há necessidade de ser. Há várias manifestações, foi uma
 764 quantidade grande de conselheiros, membros desta Câmara, em um apelo para que
 765 se retire, para que nós tenhamos mais tempo de discussão. Mas, não, a opção do
 766 IGAM neste momento, representado aqui pelo Thiago, é da manutenção daquilo que
 767 o IGAM trouxe e pautou para cá. Quanto a essa fala do Hidelbrando de que nós
 768 temos que seguir o Regimento, ninguém aqui está falando para não seguir o

769 Regimento, mas nós sempre procuramos o caminho do consenso aqui, porque isso
770 é um colegiado. Sempre foi assim, nós sempre procuramos, quando possível,
771 buscar o consenso, o entendimento, dirimir as dúvidas. Mas a opção que está sendo
772 colocada agora é a opção do prazo, de seguir aquilo que está determinado. Ao
773 contrário da construção coletiva de um instrumento de gestão, como preconizado
774 na Lei das Águas. E aí eu coloco o seguinte para a Thayná. Quando os conselheiros
775 começaram a falar sobre pedido de vista, eu coloquei a seguinte situação: da
776 retirada do ponto de pauta. Foi oportuna a minha colocação. Só que para não
777 colocar isso como um pedido para ir a votação eu continuei insistindo em que
778 conversássemos e que tomássemos uma decisão conjunta. Daqui para frente vai
779 ser assim, nós vamos usar somente aquilo que nos permite o Regimento, nós vamos
780 deixar todo um passado construído sobre a discussão, sobre a participação, sobre
781 a relação que as pessoas têm aqui? É assim que nós seremos pautados daqui para
782 frente? Guilherme, em várias outras situações – e você participou delas também –,
783 nós procuramos soluções consensuadas. Ninguém está pedindo para fugirmos do
784 Regimento, ninguém está pedindo para nós burlarmos o Regimento, nós estamos
785 pedindo para construção de soluções consensuadas. Eu vou lembrar o seguinte, já
786 que vamos ter que endurecer, porque a fala é pelo endurecimento: na próxima
787 reunião, quando colocarmos em voto vista contra a proposta atual, nós podemos,
788 inclusive, derrubar totalmente a proposta atual. E sabe-se lá o que virá nos pedidos
789 de vista. Com várias possibilidades de pedido de vista, nós teremos que analisar e
790 contrapor uma por uma. Não seria mais inteligente que nós, na Câmara Técnica,
791 através de reuniões da Câmara Técnica, construíssemos um único documento,
792 consensuado? Isso não seria mais participativo? E quanto à colocação do Thiago,
793 a questão do Grupo de Trabalho já tinha sido superada, nós já tínhamos discutido
794 que poderia ser construído aqui dentro desta Câmara. Então vamos procurar outro
795 argumento.” Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Só fazer umas
796 considerações. A aplicação do Regimento Interno não é a bel critério do IGAM ou
797 interesse do Estado. Os senhores devem se lembrar muito bem que houve um
798 controle de legalidade sobre a aplicação do Regimento Interno que fez essa
799 Deliberação Normativa voltar na reunião passada. Então a aplicação do Regimento
800 Interno se aplica a todas as esferas do Conselho, não é a mão dura do IGAM, a
801 rigidez do IGAM, nós estamos à luz do direito público, que atua sobre ritos definidos.
802 Caso a Câmara ache que o Regimento hoje não se aplica, tem amarras demais, que
803 a Câmara, em momento oportuno, apresente proposta ao Conselho para alteração
804 do Regimento Interno. É papel da Câmara isso. É bom que vocês tenham toda essa
805 clareza e discernimento. Presidente, eu só queria reforçar que o IGAM se coloca à
806 disposição e reforçar também que o presidente da CTIL fez um encaminhamento
807 para manifestação de consulta a esta Câmara, sobre aspectos específicos para
808 retornar à CTIL. Só reforçar esse aspecto. Que há um despacho, que foi o que
809 justificou e motivou a CTIL a consultar sobre as inovações apresentadas. E só fazer
810 um comentário ao Procópio. A manifestação do conceito anterior, que motivou as
811 200 assinaturas que houve junto ao Fórum Mineiro, foi explicitamente sobre revogar

812 UPGRH. E na forma de prover segurança pela insegurança causada a esses
813 conselheiros de Comitês de Bacia que foi apresentado o substitutivo. Só dar esse
814 esclarecimento, que ficou vazio.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Só para
815 reforçar a minha proposta, quando eu solicitei vista, de que estou disposto a reunir
816 com os colegas, para fazermos uma reunião e buscarmos um alinhamento. A
817 proposta em si em discussão foca muito a questão das unidades de planejamento,
818 em redução de Comitês ou não, mas são vários outros pontos que precisam ser
819 analisados. Tem a questão de vazão disponível, qual vazão utilizada no Estado,
820 proposta de enquadramento. Eu entendi a colocação do Sylvio, mas mantenho meu
821 pedido de vista junto com os outros colegas, para que possamos construir uma
822 proposta juntos. Se o tempo não for o suficiente, nós vamos expor isso no nosso
823 relatório. Agora, dizer que nós não tivemos tempo suficiente para analisar a proposta
824 de modo geral, só nesta Câmara Técnica é a terceira vez que essa discussão está
825 sendo colocada. É claro que em todas as vezes em que ela retornou foi com uma
826 informação nova, mas uma informação nova que nós tivemos tempo, sim, de
827 debater e chegar a um entendimento. Agora, na gestão de recursos hídricos, sempre
828 vai haver discordância de instituições, mas é claro que o nosso foco aqui, uma
829 Câmara Técnica, principalmente, é essa questão do consenso. Eu acho muito válida
830 a colocação do professor. Mas o momento é que dá para fazermos isso através de
831 uma reunião entre o grupo que solicitou vista. Então só para reforçar o meu pedido.
832 Eu mantenho a vista conjunta.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu entendo
833 que dentro do pedido de vista todas as discussões que foram expostas aqui, tudo
834 que foi exposto, todas as dificuldades, criação do Grupo, tempo para discussão, eu
835 acho que isso tudo pode ser exposto no pedido de vista. E como a grande maioria
836 pediu vista eu acho que o pedido de vista contendo isso tudo soluciona grande parte
837 do que nós desejamos aqui dentro da Câmara. Então o meu entendimento é esse.
838 Então eu vou fazer uma leitura das entidades das pessoas que fizeram pedido de
839 vista, para ficar registrado. E vou partir para o encerramento da reunião. Só
840 confirmando aqui, mais alguém que tenha feito pedido de vista e que eu não anotei
841 se manifeste, por favor. Então Bruna, da Prefeitura de Araçuaí; Valter, da Abes;
842 Procópio, do Instituto Guaicuy; Sylvio, da Universidade de Uberlândia; Deivid, da
843 Fiemg.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu não fiz solicitação de vista, eu fiz
844 solicitação de retirada do processo.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Então
845 o Sylvio está fora do pedido de vista. Registrado aqui. Então David, Fiemg; Procópio,
846 Instituto Guaicuy; Ivonice, da Secretaria de Educação; Maria Eduarda, Prefeitura de
847 Itabirito; e Antônio, da Prefeitura de Rio Pomba. Mais alguém pediu vista que eu não
848 anotei aqui? Então esses foram os pedidos de vista para o item 4.1 da pauta.”
849 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Guilherme, a minha solicitação não vai ser
850 votada, ela não cabe, ela não tem respaldo jurídico? Qual é o problema da
851 solicitação?” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Pelo meu entendimento, com
852 o pedido de vista, não cabe a retirada de pauta. Foi o que a Thayná explicou.
853 Correto?” Thayná Campos/IGAM: “Exatamente.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
854 “Não sei, porque isso não está temporalmente definido no Regimento.” Thayná

855 Campos/IGAM: “A retirada de pauta tem que ser feita antes das discussões. A
856 inversão ou retirada de pauta tinham que ter sido feitas antes das discussões.”
857 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “As discussões já haviam começado? Nós não
858 discutimos mérito.” Thayná Campos/IGAM: “Já tinha sido feito pedido de vista.”
859 Conselheiro Thiago Figueiredo Santana: “Eu já havia apresentado o tema. Então
860 iniciou a discussão a partir do momento em que a relatoria do tema coloca o tema
861 em apresentação.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu queria agradecer o
862 esclarecimento dado pela assessoria jurídica e vou me ater mais ao Regimento
863 daqui para frente.” Conselheira Ivonice Maria da Rocha: “Só a título de
864 entendimento. Foi colocado, mediante todos os pedidos de vista, foi proposto pelo
865 Thiago até fazer uma reunião com os conselheiros nesse tempo entre a próxima
866 reunião para fins de esclarecimento e apresentação das informações relacionadas
867 às manifestações que foram colocadas aqui e que geraram pedido de vista. Eu
868 gostaria de saber se nós vamos caminhar nessa proposição dessa reunião a ser
869 realizada nesse tempo entre o dia de hoje e a próxima reunião, para fins de
870 esclarecimento aos conselheiros. Porque eu entendi que essa proposta do Thiago,
871 a que ele se dispôs, como IGAM, foi muito importante e está se perdendo no meio
872 das conversas. Se nós estamos em um grupo colegiado, e ele está trazendo para
873 nós uma oportunidade de nos esclarecer, penso eu que não devemos perder essa
874 oportunidade. Eu gostaria de saber disso, se nós vamos acolher essa reunião para
875 fins de esclarecimento pelo IGAM ou se vamos daqui agora para o final entre uma
876 e outra. Como vai ficar isso? Essa é a minha questão, por favor.” Conselheiro Thiago
877 Figueiredo Santana: “Ao término desta reunião, eu vou mandar um e-mail para todas
878 as entidades que pediram vista e sugerir algumas datas para que possamos nos
879 reunir. Eu me coloco 100% à disposição para isso. Eu mando um e-mail no dia de
880 hoje ainda e já proponho alguns horários para podermos nos reunir e alinharmos
881 alguns conceitos e entendimentos para que possamos contribuir nesse processo.”
882 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Eu sugiro também, se possível, encaminhar
883 o e-mail do pessoal que pediu vista para criar o grupo para possível apresentação
884 do Thiago, para ficar mais fácil o contato.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Um
885 esclarecimento só, por gentileza. Se eu entendi bem, o IGAM vai convidar os que
886 pediram vista para uma reunião?” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “A
887 princípio, eu acho que os interessados são quem pediu vista, mas acho que nada
888 impede de que outros conselheiros participem.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:
889 “É uma reunião informal. Está previsto isso no Regimento, alguma coisa assim?”
890 Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “É uma ajuda que o Thiago ofereceu, um
891 auxílio de esclarecimentos.” Conselheira Ivonice Maria da Rocha: “Outro
892 esclarecimento. Essa reunião está pautada em dúvidas e questões que foram
893 colocadas nesta. Apesar de que o Sylvio não colocou para nós o pedido de vista,
894 porque ele estava pedindo uma retirada de pauta, eu penso que não seria somente
895 para aqueles que pediram vista. Eu penso a participação do Sylvio, que trouxe
896 questões sérias, eu acompanhei essa manifestação, pelo que o Procópio trouxe,
897 mas muito pela lógica e fundamento da fala do Sylvio. Como nós vamos para o

898 momento de conversa, de esclarecimento, eu gostaria de deixar proposto aqui, se
899 possível, até registrado em ata, que não fosse somente para aqueles que fizeram
900 pedido de vista. Porque nós estamos em uma instituição colegiada, participativa,
901 para construirmos uma proposta em uma ação de política pública de Estado, por
902 vários segmentos da sociedade. Eu faço essa menção aqui porque acabou de ficar
903 registrado que o Sylvio não fez o pedido de vista, ele fez um pedido de retirada.
904 Então se vale somente para os conselheiros do pedido de vista subentende-se que
905 ele, a princípio, pode não ser convidado. E seria muito bacana que ele também
906 fosse, pela natureza das questões que ele apresentou para nós aqui nessa conversa
907 de hoje. Só a título de registro.” Presidente Guilherme da Silva Oliveira: “Ok. Então
908 eu vou fazer a solicitação de que quando ficar definida a data para apresentação
909 que se faça o encaminhamento para todos os membros da Câmara.” **5) ASSUNTOS**
910 **GERAIS**. Não houve manifestações. **6) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros
911 assuntos a serem tratados, o presidente Guilherme da Silva Oliveira declarou
912 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

917
918 **Thiago Santana Figueiredo**
919 **Presidente Suplente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento**